



Sumário

 **PREVIRB**

CAPÍTULO 4

Administração

Administração Geral - 72

Despesas Administrativas - 72

Fontes de Custeio - 73

Plano de Gestão Administrativa - 74

Evolução do Fundo Administrativo - 75



Administração Geral

Durante o exercício de 2025, a PREVIRB manteve sua estrutura atualizada e adequada para atender plenamente às suas necessidades operacionais. A Fundação encerrou o exercício com seu quadro

funcional contendo 19 empregados, distribuídos nas Gerências de Infraestrutura, Financeira e de Investimentos, de Seguridade e Atuária, além da Superintendência.

Despesas Administrativas

O Conselho Deliberativo é responsável por definir os critérios quantitativos e qualitativos para a realização de tais despesas, possibilitando a avaliação da relação entre a necessidade e a adequação dos gastos com os resultados obtidos.

Para o exercício de 2025, o limite máximo aprovado para o índice composto entre as Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores dos Planos foi de

0,45%. A Fundação encerrou o exercício apresentando o resultado de 0,43%.

Dos R\$ 12,938 milhões orçados, foram efetivamente gastos R\$ 12,937 milhões, representando uma variação de 0,01%.

A seguir, apresenta-se tabela com a evolução comparativa entre o total das Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores nos últimos dois anos.

Em Reais

EVOLUÇÃO COMPARATIVA	2024	2025
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (A)	12.063.763	12.937.409
RECURSOS GARANTIDORES (B)	2.854.251.270	3.005.732.422
RELAÇÃO % (A / B)	0,42%	0,43%

Fontes de Custeio

Atualmente, está vigente o seguinte Plano de Custeio Administrativo:

(i) taxa de administração de 0,10% ao ano sobre o total dos investimentos do Plano A e do Plano B;

(ii) custeio administrativo dos investimentos para cobertura das despesas de investimentos dos Planos A e B;

(iii) taxa de carregamento nula para ambos os Planos Previdenciais A e B;

(iv) apropriação no PGA dos resultados positivos dos investimentos realizados, incluindo o retorno do próprio investimento dos recursos do PGA;

(v) rateio das despesas entre os Planos de forma proporcional ao tamanho do patrimônio de cada um deles, conforme regra de rateio anteriormente aprovada.

Em Reais

CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2024	2025
TAXA DE CARREGAMENTO	-	-
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EMPRÉST. FINANC.	27.370	37.291
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	9.189.955	9.528.096
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	2.714.104	4.647.059
OUTRAS RECEITAS	436.498	113.550
TOTAL DAS RECEITAS	12.367.926	14.325.995

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas previdenciais e de investimentos, deduzidas das despesas específicas da Gestão Previdencial e dos Investimentos. As sobras ou insuficiências administrativas são alocadas ou revertidas ao/do Fundo Administrativo.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, e com aprovação do CONDEL, o Regulamento do PGA foi atualizado, com ajustes em conceitos, custeio e gestão do Fundo Administrativo. As mudanças reforçam especialmente a transparência, os indicadores de gestão e o controle orça-

mentário. A versão atualizada está disponível no [site](#) da PREVIRB.

A demonstração do PGA, apresentada a seguir, evidencia a relação entre receitas e despesas, bem como a destinação das sobras administrativas do exercício, que foram incorporadas ao Fundo Administrativo.

Observa-se que, após o período sem cobrança de taxas, a retomada da cobrança da taxa administrativa contribuiu para a recomposição e o crescimento do Fundo, fortalecendo a sustentabilidade do Plano.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	2025
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	31.075.199,40	32.357.004,73	33.967.662,37	36.620.564,01
1. Receitas Administrativas + Fluxo dos Investimentos	11.210.134,01	12.216.684,66	12.367.926,29	14.325.995,09
2. Despesas Administrativas	(9.928.328,68)	(10.606.027,02)	(12.063.763,43)	(12.937.409,92)
3. Atualização Contencioso	-	-	-	(1.582.893,92)
4. Constituição/Reversão de Provisões Contingenciais	-	-	2.348.738,78	(48.031,88)
= Constituição/Reversão de Fundos	1.281.805,33	1.610.657,64	2.652.901,64	(242.340,63)
5. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 1;2;3;4)	32.357.004,73	33.967.662,37	36.620.564,01	36.378.223,38



Evolução do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é utilizado para custear as operações e eventuais sobrecargas administrativas, quando as Receitas Administrativas, porventura, não forem suficientes.

No período de 2015 a 2017, o volume de recursos apresentou evolução positiva. A partir de 2018, observou-se trajetória decrescente, culminando em redução de 2,9% em 2020, em decorrência da suspensão da cobrança da taxa de carregamento, conforme estabelecido pela Resolução CONDEL nº 021, de 22 de julho de 2020.

A partir de 2023, com a retomada da cobrança da taxa administrativa e a elevação da taxa Selic, que serve de referência

para os ativos do mercado financeiro, a rentabilidade alcançada com a aplicação dos recursos do PGA voltou a ser positiva, atingindo 12,29% em 2023 e 8,63% em 2024.

Em 2024, houve reversão de contingências administrativas no valor total de R\$ 2,34 milhões, o que impactou positivamente o resultado do Fundo, que atingiu R\$ 36,620 milhões, sendo esse o principal fator para o aumento observado no resultado naquele ano.

No exercício de 2025, o Fundo Administrativo totalizou R\$ 36,378 milhões, apresentando uma redução de apenas 0,6% em relação ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DO PGA

